



Universidade de Cabo Verde
Departamento de Ciências Sociais e Humanas
Licenciatura em História Ramo Património

Edson Varela Monteiro

Trabalho de Fim do Curso



Tema:

Parque Natural de Serra Malagueta: seu papel no desenvolvimento do Ecoturismo em Cabo Verde

Praia, Janeiro de 2010

Edson Varela Monteiro

**“Parque Natural de Serra Malagueta: seu papel no desenvolvimento do
Ecoturismo em Cabo Verde”**

*Trabalho Científico apresentado na Uni-CV para a obtenção do grau de Licenciatura em
“História Ramo Património” com o Título de “Parque Natural de Serra Malagueta: seu
papel no desenvolvimento do Ecoturismo em Cabo Verde. Sob a orientação da Dra. Shênia
Patrícia Cassiano de Oliveira*

Júri

Praia _____ de _____ de 2010

“O turismo é hoje uma das maiores actividades económicas do mundo uma forma de pagar pela conservação da natureza e de valorizar as áreas que ainda permanecem naturais.”

Western (2002)

INDÍCE	Pag.
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO.....	11
1- Cabo Verde – sua diversidade biológica.....	11
CAPÍTULO II: LEIS, DECRETOS-LEIS, E CONVENÇÕES APLICADAS A PROTECÇÃO DOS HABITATS NATURAIS	15
1- Pertinência da protecção da biodiversidade.....	15
2- Leis e decretos-lei: respectivas áreas de incidência Evolução histórica do Ecoturismo...	16
3- Convenções.....	17
3.1- Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)	18
3.2- Convenção sobre a Conservação e Uso Racional das Zonas Húmidas (RAMSAR)	19
3.3- Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES)	20
3.4- Convenção sobre o Direito do Mar (UNCLOS)	20
3.5- Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação.....	20
4 Áreas Protegidas.....	23
4.1- Função de Áreas Protegidas.....	24

4.2	Categorias de Áreas Protegidas.....	25
	CAPÍTULO III – A ACTIVIDADE ECOTURÍSTICA.....	27
1-	Conceptualização do Ecoturismo.....	27
1.1-	Evolução histórica do Ecoturismo.....	28
1.2-	Principais actividades ligadas ao Ecoturismo.....	28
1.3	O papel da Organização Mundial do Turismo no desenvolvimento do ecoturismo no Mundo.....	30
2	Ecoturismo em Cabo Verde.....	31
	CAPÍTULO IV – ECOTURISMO NO PARQUE NATURAL DE SERRA MALAGUETA E O SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	33
1-	Localização geográfica do Parque Natural de Serra Malagueta.....	33
2-	Caracterização institucional do Parque Natural de Serra Malagueta.....	35
3-	As medidas que devem ser tomadas para o desenvolvimento desta actividade na região da Serra Malagueta.....	36
4-	Análise de factores ligados ao desenvolvimento do turismo no Parque Natural de Serra Malagueta.....	37
4.1-	Forças.....	37
4.2-	Oportunidades.....	39
4.3-	Fraquezas.....	41

4.4-	Ameaças.....	42
5-	Como minimizar os impactes ambientais dos ecoturistas na localidade de Serra Malagueta?.....	44
	CONCLUSÃO.....	46
	BIBLIOGRAFIA.....	48
	ANEXOS.....	51

LISTA DE SIGLAS

- CBD – Convenção sobre a Diversidade Biológica
- CITES – Convenção Internacional sobre o Comércio das Espécies em vias de Extinção
- DGA – Direcção Geral do Ambiente
- DGASP – Direcção Geral de Agricultura Silvicultura e Pecuária
- DGPOG – Direcção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão
- FOFA – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
- MADRRM – Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural dos Recursos Marinhos
- MDHOT – Ministério de Descentralização Habitação, Ordenamento do Território
- OMT – Organização Mundial do Turismo
- PANA II – Segundo Plano Nacional de Acção Para o Ambiente
- PNSM – Parque Natural de Serra Malagueta
- SEPA – Secretariado Executivo Para o Ambiente
- UNCLOS – Convenção sobre o Direito do Mar
- UICN – União Internacional sobre a Conservação da Natureza
- WWF – Fundo Mundial para Natureza
- ZEE – Zona Económica Exclusiva

INTRODUÇÃO

A problemática do desenvolvimento do Ecoturismo no Parque Natural de Serra Malagueta, vem sendo alvo de muitos debates em volta das áreas protegidas em Cabo Verde. Pela sua natureza, o tratamento e a abordagem dos problemas ambientais requerem um envolvimento efectivo das populações locais, assegurando uma gestão consciente e participativa dos recursos naturais, uma vez que elas representam por um lado, beneficiários dos bens e serviço que o ambiente fornecem, e por outro, agentes indutores do desequilíbrio ambiental. É preciso levar em conta o desenvolvimento sustentável na exploração destes espaços naturais e estabelecer limites dos impactos do homem, sobre a biodiversidade.

Neste trabalho foi estabelecido como pergunta de partida: Que papel terá o Parque Natural de Serra Malagueta no desenvolvimento do Ecoturismo em Cabo Verde?

O Parque Natural de Serra Malagueta possui óptimas condições para o desenvolvimento do Ecoturismo em Cabo Verde assim como os outros parques naturais aqui existentes. É fundamental o desenvolvimento de estratégias e planos para esse fim.

Actualmente, com o desenvolvimento das altas tecnologias, os centros urbanos tornaram-se lugares cheios de ruídos e com muita poluição, tendo como consequência um aumento da procura pelos lugares calmos de preferência onde se respira um ar puro e em contacto com o meio natural.

O Ecoturismo em Cabo Verde não deve somente ser planeado de forma guiada para os turistas estrangeiros mas sim, pensando também nos nacionais que igualmente precisam conhecer, *in loco*, o que temos sobre a biodiversidade em Cabo Verde, porque só conhecendo é que podemos proteger.

Este trabalho tem como objectivo geral, conhecer o Parque Natural de Serra Malagueta (PNSM) como um elemento propiciador do desenvolvimento do ecoturismo. Tem os seguintes objectivos específicos:

- ✓ Enquadrar os aspectos relativos à biodiversidade e conceitos concernentes a: património natural, ecoturismo e a contextualização deste último conceito no

âmbito histórico, as suas actividades e a intervenção da Organização Mundial do Turismo (OMT);

- ✓ Identificar as legislações nacionais e convenções internacionais aplicadas a protecção dos habitats naturais em Cabo Verde;
- ✓ Analisar o ecoturismo no Parque Natural de Serra Malagueta (PNSM), realçando o seu papel no desenvolvimento local.

Para atingir estes objectivos, optamos pela realização de visitas às instituições que trabalham em prol do ambiente e observações, *in-loco*, de suas actividades. Além disso, recorreremos à outras metodologias adoptadas para a elaboração deste trabalho, tais como: revisões bibliográficas, consulta de vários documentos produzidos pela equipa técnica do PNSM, contactos com individualidades, e cruzamento de dados recolhidos na forma de texto final.

Em termo de estrutura o presente trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos:

- Capítulo I: Enquadramento;
- Capítulo II: Leis, Decretos-Leis e Convenções aplicadas a protecção de habitats naturais;
- Capítulo III: Actividade Ecoturística;
- Capítulo IV: Ecoturismo no Parque Natural de Serra Malagueta e o seu papel no desenvolvimento local

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO

Neste capítulo procuraremos apresentar ainda que de forma sintetizada um enquadramento realçando aspectos relativos à biodiversidade em Cabo Verde, incluindo a conceptualização pertinentes no âmbito deste trabalho. Referimos neste particular aos conceitos do património natural, parque natural e ainda ecoturismo, evolução histórica deste fenómeno, principais actividades do ecoturismo e o papel do Organização Mundial do Turismo (OMT) perante os problemas ambientais que afecta o mundo.

1- Cabo Verde – a sua diversidade biológica: conceptualização de patrimónios e parques naturais

Cabo Verde é um país constituído por dez ilhas e treze ilhéus, situado a cerca de 450 km da costa ocidental africana, mais especificamente do Senegal. Tem uma área emersa de 4033 km² e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) estimada em 700 mil km². A população, num total de 434.625 habitantes e uma densidade de 108 habitantes/km², é muito jovem (42% é inferior a 14 anos); concentra-se em 54% nas áreas urbanas e apresenta uma taxa de crescimento de 2,4%.¹

Este é de origem vulcânica, constituída por dez ilhas e treze ilhéus. As Ilhas dividem-se em dois grupos, Barlavento e Sotavento, de acordo com a sua posição relativa ao vento dominante de Nordeste.

Barlavento integra as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, Boa Vista e Sal e as do grupo do Sotavento que reúne as ilhas: Santiago, Fogo, Brava e Maio. (figura 1).

¹ MAAP. *Segundo Plano Nacional para o Ambiente (PANA II)*. Praia, Cabo Verde. pp. 5-6. 2004.



Figura: O arquipélago de Cabo Verde.²

Relativamente à humidade, atinge valores abaixo dos 10%, por enquanto que a precipitação, média anual, de 225 mm, tende a baixar desde a década de sessenta do século passado, com reflexos negativos nas condições de exploração agrícola, e no abastecimento de água. Cerca de 20% da água de precipitação perde-se através de escoamento superficial, 13% infiltra-se recarregando os aquíferos e 67% evapora-se. O Arquipélago, caracteriza-se por uma curta estação das chuvas, de Julho a Outubro, e por precipitações por vezes torrenciais e muito mal distribuídas no espaço e no tempo.³

No que respeita a biodiversidade, Cabo Verde tem menor diversidade quando comparada com a dos outros arquipélagos da Macaronésia (figura 2). É representada, na sua maioria, pelas plantas e pelos animais que directa ou indirectamente foram introduzidos pelo Homem.

² Figura retirado do site: www.areasprotegidas.cv: ultima consulta 23/09/09

³ Recursos hídricos. *Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos*. Praia, Cabo Verde. 2003.



Figura: Imagem de biodiversidade de Cabo Verde⁴

A diversidade biológica cabo-verdiana é constituída por diversos tipos de organismos vivos, nomeadamente algas, plantas, animais, líquenes e fungos.

Devido a acção antropológica, o número de espécies em vias de extinção ou já extintas está a aumentar gradativamente.

A área florestada continua a aumentar em todas as ilhas, excepto na ilha do Sal onde se verifica uma certa estabilidade.

A preocupação com a conservação da natureza em Cabo Verde começou com a necessidade de conservação da biodiversidade, a protecção de valores culturais, estéticos e científicos.

Em Cabo Verde devido a vulnerabilidade do clima e do relevo obriga-se um olhar mais atencioso no que se refere ao nosso património natural.

Patrimónios Naturais são todos os monumentos naturais; as formações geológicas e fisiográficas; as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies ameaçadas

⁴ Figura retirado do site: www.areasprotegidas.cv: ultima consulta 01/12/09

e os sítios naturais ou zonas estritamente delimitadas que tenham um excepcional valor universal sob o ponto de vista da estética e da ciência da conservação ou da beleza natural.

Designa algo com características físicas, biológicas e geológicas extraordinárias; *habitats* de espécies animais ou vegetais em risco e áreas de grande valor do ponto de vista científico e estético ou do ponto de vista da conservação.

Com a criação de parques naturais Cabo Verde esta a dar um bom passo para a conservação da sua biodiversidade.

Parques Naturais são espaços amplos que contêm predominantemente sistemas naturais com *habitat*, e local que aproveite os recursos vivos segundo as práticas tradicionais.

Cabo Verde como um país de ecossistemas frágeis e com fracos recursos naturais, onde a agricultura de subsistência não cobre a população no geral, que necessita de produtos exteriores, deve-se adoptar um turismo de subsistência para a conservação dos mesmos. O Ecoturismo sendo um ramo de turismo ligado a espaços naturais que não provoca fortes impacto aos mesmos, é uma óptima opção para o tipo de ecossistema que temos; oferta turística diferenciada (Sol e praia e turismo cultural), é forma de exploração dos espaços naturais, ajuda no desenvolvimento da economia das comunidades locais e não só também do país.

CAPÍTULO II

LEIS, DECRETOS-LEI E CONVENÇÕES APLICADAS À PROTECÇÃO DOS HABITATS NATURAIS

Neste capítulo apresentaremos a legislação nacional e algumas convenções internacionais pertinentes para a diversidade biológica no âmbito deste trabalho evidenciaremos as suas respectivas incidências.

1- Pertenência da protecção da biodiversidade

A diversidade biológica assume um papel crucial para a espécie humana, uma vez que aproximadamente 40% da economia mundial e 80% das necessidades dos povos dependem dos recursos biológicos.

Nas últimas décadas a acção humana nos ecossistemas naturais tem vindo a afectar cada vez mais espécie da fauna e flora do planeta. Se a taxa de extinção de mamíferos e aves era, historicamente, de uma espécie perdida por cada 500 a 1000 anos, as profundas intervenções das diferentes actividades humanas têm acelerado esse ritmo.

Com menor diversidade de espécies a vida na Terra torna-se mais sujeita a alterações ambientais. Pelo contrário, quanto mais rica é a diversidade biológica, maior é a oportunidade para descobertas no âmbito da medicina, da alimentação, do desenvolvimento económico, e de serem encontradas respostas adaptativas a essas alterações ambientais.

Por volta dos anos setenta, o turismo de massa e individual, ainda interessado nos mamíferos grandes, estava depredando *habitats*, molestando animais e destruindo a natureza. Hoje já se mudam de comportamento. Mais os visitantes estão conscientes do dano ecológico que podem provocar, do valor da vida natural e dos interesses das populações locais.⁵

É importante salientar que o Ecoturismo não deveria ser restrito às áreas protegidas legalmente, uma vez que estas poderiam acabar sofrendo muita pressão. Promover o Ecoturismo em áreas naturais que não têm nenhuma protecção oficial pode estimular as

⁵ *Op. Cit.*: WESTERN. 2001.

comunidades locais a conservarem os recursos e as áreas naturais próximas por iniciativa própria, e não devido a pressões externas.

Tendo o conhecimento da extrema importância da biodiversidade e da sua diminuição foi necessário estabelecer leis para sua protecção.

2- Leis, Decretos-Lei e resoluções: respectivas áreas de incidência

Em Cabo Verde organismos do estado que tem responsabilidades directas na conservação da Biodiversidade e utilização durável dos seus recursos são Ministério de Ambiente Desenvolvimento Rural dos Recursos Marinhos (MADRRM), Ministério Desenvolvimento Habitação e Ordenamento do Território (MDHOT). Nestes ministérios existem varias direcções que se encarregam de áreas específicas da Biodiversidade (Direcção Geral do Ambiente (DGA), Direcção Geral de Agricultura Sivecultura e Pecuária (DGASP), Direcção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão (DGPOG), etc.).

Na procura da protecção da biodiversidade caboverdianas foram criadas algumas restrições, leis e decretos-lei:

Assim, antes da independência nacional, houve alguma legislação relacionada com o ambiente como a Lei nº 44 de 20 de Janeiro de 1955, relacionada com o Ambiente⁶, bem como o Diploma Legislativo nº10-72, de 26 de Junho de 1972, no seu artigo 1º que fixa, a título experimental, os meses de Julho Agosto e Setembro como período da defesa de pesca de lagostas em Cabo Verde.

Após independência e durante a primeira república (1975-1991) foi publicado o decreto nº 97/87, de 5 de Setembro, fixa como período da defesa da pesca das tartarugas marinhas que decorre de 1 de Julho a fim de Fevereiro (Art.17º). Ainda na Primeira República foram promulgadas as seguintes leis e decretos-lei:

⁶ Ministério do Ambiente Agricultura e Pesca - Direcção Geral do Ambiente - *Legislação Sobre a Defesa do Património em Cabo Verde (1975 – 2003)*. 2003.

Leis

- Lei nº 14/75 de 13 de Dezembro, que tem como objectivo o estabelecimento do limite das águas territoriais;
- Lei nº 41/II/84, de 18 de Junho, protecção dos Recursos Hídricos (código da água);
- Lei nº 86/IV/93, de 26 de Junho, define as Bases da Política do Ambiente.

Decretos-lei

- O Decreto-Lei nº 126/77 de 31 de Dezembro, estabelece os limites do mar territorial, águas arquipelágicas e ZEE (Zonas Económicas Exclusiva);
- O Decreto-Lei 104/80 de 20 de Dezembro, regula a extracção de areias das praias;
- O Decreto nº 97/87, de 5 de Setembro, fixa como período da defesa da pesca das tartarugas marinhas que decorre de 1 de Julho a fim de Fevereiro (Art.17º).

Após a abertura política de 1991 foi aprovada a Resolução nº3 /2000, de 20 de Novembro aprovou a Estratégia Nacional e Plano da Acção sobre a biodiversidade e a Lei nº 21/IV/91, 30 de Dezembro, delimitação das áreas marítimas, bem como os decretos-lei

O Decreto-Lei nº 3/2003 de 24 de Fevereiro, estabelece o regime jurídico dos espaços naturais.

Decreto-Lei nº 7/2002, de 30 de Dezembro, sobre a protecção da fauna e da flora, vieram estabelecer as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção.

A aprovação da convenção sobre a diversidade Biológica através da Resolução nº73/I/94, de 20 de Outubro e ratificada em 29 de Março de 1995 (Art.4º).

3- Convenções

Constatamos que o património cultural e natural está cada vez mais ameaçado de destruição e como consequência podemos ter um empobrecimento efectivo do património de todos os povos do mundo.

Assim, reconheceu-se como extrema importância a existência de convenções internacionais, principalmente, para os países que não possuem meios técnicos e nem científicos para a conservação da sua biodiversidade na totalidade, por isso necessitam de apoio para a protecção dessa biodiversidade que pode ser vital para o equilíbrio mundial.

Para esse fim foram criados as seguintes convenções internacionais:

3.1- A Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB)

A Convenção sobre a Diversidade Biológica⁷ é o primeiro tratado mundial sobre a utilização sustentável, conservação e repartição equitativa dos benefícios derivados da biodiversidade, que foi assinado por 156 países durante a ECO92 no Rio de Janeiro. A ratificação (aprovação de um tratado ou convenção pelo órgão que representa o Estado) da CDB pelo Congresso Nacional ocorreu há dois anos depois, em 1994.

A CDB não é apenas uma convenção sobre conservação da biodiversidade. Esse tratado procura também regularizar e tornar sustentável o desenvolvimento socio-económico baseado na utilização dos recursos naturais do planeta.

Segundo esta convenção cada país tem soberania sobre os recursos genéticos existentes em seu território assim como o dever de preservá-lo. Por isso estabelece acções que devem ser tomadas pelos países com o intuito de preservar sua biodiversidade como divulgar e informar a população acerca dos recursos naturais nacionais, criar leis para definir o acesso aos recursos genéticos, assim como trabalhar em conjunto com as demais partes da convenção para definir meios de atingir os objectivos da CDB, garantindo acesso às tecnologias e o intercâmbio das informações.

A conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos,

⁷Secretariado Esecutivo Para o Ambiente. *Convenção sobre a Biodiversidade*. Praia, Cabo Verde. 1998.

mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado, são os objetivos fundamentais desta convenção.

3.2- Convenção de Uso Racional das Zonas Húmidas (RAMSAR)

É de salientar que a convenção de Convenção de Uso Racional das Zonas Húmidas⁸ (RAMSAR) foi criada em 1971 na Cidade de Ramsar no Irão. Os termos da convenção que trata da cooperação internacional visando a conservação de zonas húmidas e de aves aquáticas.

Esta passou a vigorar somente em 1975, após os primeiros sete Estados terem se tornado Partes Contratantes: Austrália, Finlândia, Grécia, Irão, Noruega, África do Sul e Suécia.

Para efeito desta Convenção são consideradas *zonas húmidas*: áreas de pântanos; charcos; turfas e corpos de água, naturais ou artificiais, permanentes ou temporários, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo estuários, planícies costeiras inundáveis, ilhas e áreas marinhas costeiras, com menos de seis metros de profundidade na maré baixa, onde se encontram alguns dos ambientes mais produtivos e de maior diversidade biológica do Planeta. Como *aves aquáticas*, para efeito da presente convenção, são considerados todos aqueles pássaros ecologicamente dependentes de zonas húmidas.

A selecção dessas zonas deve fundamentar-se em *critérios gerais e/ou específicos*, em termos ecológicos, botânicos, zoológicos, imunológicos ou hidrológicos, dando-se prioridade àquelas áreas que sejam relevantes, em qualquer época do ano, para aves aquáticas, migratórias ou não. Enquanto algumas áreas protegidas fazem parte destas zonas húmidas protegidas pela convenção, terão uma melhor protecção, visto que o objectivo da convenção é muito clara em relação a estas áreas.

⁸ GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, *et al.* *Convenções e Protocolos Internacionais de Ambiente*. Lisboa, Portugal. 2001.

3.3- Convenções sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES).

Esta Convenção regula o comércio internacional de Espécies Selvagens Ameaçadas de Extinção⁹, foi criada em 1973, no Washington, onde participou 51 países. Ela só entra em vigor no ano de 1975 e foi ratificada por mais 10 países. Em 1984 foi regulamentada a aplicação do CITES em todos os países da Comunidade Europeia.

3.4- Convenções sobre o direito de Mar (UNCLOS)

A convenção sobre o direito do mar¹⁰ tem por objetivo conservar e gerir a evolução de peixes Trans-zonais e peixes Migratórios, ela surgiu em 1982 era designada por Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, outro nome que veio a ter a seguir é Convenção de Montego Bay.

A adoção de normas de protecção dos recursos marinhos, os artigos 117 e 118 da Convenção de Montego Bay estabeleceram que o exercício da liberdade de pesca estivesse subordinado a obrigação de adotar, se necessário, medidas de conservação ou cooperação com esta finalidade.

3.5- Convenções das Nações Unidas de Combate à Desertificação

A convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação¹¹ é uma convenção votada para o combate à desertificação foi negociada em Junho 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro, Brasil e entrou em vigor em 1996.

É uma convenção destinada a preparar o combate à desertificação, especialmente na África.

⁹ *Op Cit.:* GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. 2002.

¹⁰ *Op. Cit.:* GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. 2002.

¹¹ Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afectados por Seca Grave e Desertificação, 1006 – 2000.

A convenção entrou em vigor noventa dias após ser ratificada por 50 países, provavelmente em 1997. Foi ratificado por 170 países, abrange 1/3 do território mundial em 100 países e um milhar de habitantes.

Ajuda na recuperação dos países vítimas da desertificação causada pela variação climática e por atividades humanas.

A presente Convenção tem como objectivo combater a desertificação e a mitigar os efeitos da seca nos países afetados por seca grave e desertificação, particularmente na África, através da adoção de medidas eficazes em todos os níveis, apoiadas em acordos de cooperação internacional e de parcerias, no quadro de uma abordagem integrada, que tenha como objectivo contribuir na ajuda para atingir o desenvolvimento sustentável nas zonas afectadas pela seca.

O cumprimento deste objectivo exigirá a aplicação, nas zonas afectadas, de estratégias integradas de longo prazo baseadas, simultaneamente, no aumento de produtividade da terra e na reabilitação, conservação e manejo sustentado dos recursos terrestre e hídricos, tendo em vista melhorar as condições de vida, particularmente no nível das comunidades locais.

Reduzir os impactos das práticas que levam a uma degradação das terras áridas, semi-áridas e sub - húmidas (desflorestação, sobre pastagem e fracas as práticas de irrigação). Um elemento que caracteriza fortemente essa convenção é uma abordagem de pequena escala da sua implementação.

Para atingir os objectivos da presente Convenção e aplicar as suas disposições, foram adotados os seguintes princípios:

✓ Os países que aderiram a Convenção deverão garantir que as decisões relativas a concepção e implementação dos programas de combate a desertificação e mitigação dos efeitos da seca serão tomadas com a participação das populações e comunidades locais e que, nas instancias superiores de decisões, será criado um ambiente propicio que facilitará a realização de ações nos níveis nacionais e local;

✓ Eles deverão, num espírito de solidariedade internacional e de parceria, melhorar a cooperação e a coordenação nos níveis sub-regional, regional e internacional e concentrar os recursos financeiros, humanos, organizacionais e técnicos onde eles forem mais necessários;

✓ Fomentar, em espírito de parceria, a cooperação em todos os níveis do governo, das comunidades, das organizações não governamentais e dos detentores de terra, a fim de que seja mais bem compreendida a natureza e o valor dos recursos da terra e dos escassos recursos hídrico das áreas afectadas, e promovido o uso sustentável desses mesmos recursos;

✓ Levar plenamente em consideração as necessidades e as circunstâncias dos países Partes da Convenção em desenvolvimento afectadas, em especial dos países de menor desenvolvimento relativo.

Muitas convenções internacionais foram ratificadas por Cabo Verde, tendo em conta a necessidade de gerir racionalmente os nossos escassos recursos naturais inseridos num ecossistema frágil e submetido a uma permanente pressão climática e demográfica. Cabo Verde aderiu, com efeito, algumas convenções internacionais que nos ajudam na protecção da nossa biodiversidade. A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) foi uma das primeiras a ser ratificada, juntamente com Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação, Convenção de Ramsar também foi subscrita pelo nosso país (Convenção de Uso Racional das Zonas Húmidas), a Convenção de CITES (Convenção sobre Comercio das Espécies em Vias de Extinção), a Convenção do Direito do Mar (UNCLOS) e outras Convenções bem como, tratados e protocolos sobre a problemática ambiental, como consta na tabela seguinte.

Instrumento Jurídico	Objectivo	Data	Assinatura/Aprovação	Ratificação
Convenção das Nações Unidas	Luta Contra a Desertificação	Paris, 17 Junho 1994	Assembleia Nacional: Resolução n.º 98/IV/95, 8 de Março	8 Março 1995
Convenção	Mudanças Climáticas	Nova York, 9 Maio 1992	Assembleia Nacional: Resolução n.º 72/IV/94, 20 de Outubro	29 Março 1995
Convenção	Diversidade Biológica	Rio de Janeiro, 5 Junho 1992	Assembleia Nacional: Resolução n.º 73/IV/94, 20 de Outubro	29 Março 1995
Convenção	Controle do Tráfego entre as Fronteiras	Brasília 22 mars 1989	Assembleia Nacional: Resolução n.º 74/IV/94, 20 de Outubro	2 Julho 1999

Convenção	Protecção da Camada do Ozono	Vienne, 22 Março 1985	Conselho de Ministros: Decreto n.º 6/97, 31 de Março	6 Julho 2001
Convenção das Nações Unidas	Sobre o Direito do Mar		Assembleia Nacional: Lei n.º 17/II/87, 3 de Agosto	10 Agosto 1987
Convenção	Delimitação de condições de acesso e de exploração dos recursos halêuticos ao longo da costa dos Estados Membros da Comissão sub-regional sobre as pescas.	1993	Assembleia Nacional: Resolução n.º 38/V/96, 30 de Dezembro	
Convenção Internacional	Responsabilidade civil para as penas causadas pela poluição ou hidrocarbonetos		Conselho de Ministros Decreto n.º 2/97, 10 de Fevereiro	
Convenção	Poluente Orgânicos Persistentes (POPs)	Stockholm Maio 2001	Conselho de Ministros: Decreto n.º 16/2005 19 /12	1 de Março 2006
Convenção	Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente <i>habitats</i> das Aves Aquáticas	Ramsar 1971	Conselho de Ministros: Decreto n.º 4 /2004 18 de Novembro	18 de Novembro 2005
Convenção	Comércio internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de extinção	1963	Conselho de Ministros: Decreto n.º 1 /2005 21 de Março	10 d'Agosto 2005
Convenção	Convenção das Espécies Migratórias em especial a fauna selvagem		Conselho de Ministros: Decreto n.º 13 /2005 5 de Dezembro	18 Janeiro 2006
Convenção	Procedimento de informação pré-aviso e consentimento sobre alguns produtos químicos e pesticidas perigosos destinados ao comércio i	Rotterdam	Conselho de Ministros: Decreto n.º 17/2005 28 de Dezembro	1 Março 2006

Tabela: Convenções internacionais ratificados por Cabo Verde

Fonte: BENCHIMOL, C. (2009).¹²

4- Áreas Protegidas

O homem na busca do seu sustento para a sua sobrevivência, empreende acções que, conduzem directamente ou indirectamente, a degradação da natureza. É neste contexto que surge a necessidade de regular pela via administrativa a relação do homem com a natureza.

¹² BENCHIMOL, C, et al. *La gestion des ressources marines et côtières au Cap Vert: Évolution du cadre législatif et institutionnel*. WWF/ Universidade de Cabo Verde/ Universidade de Rouen – LEDRA. 2009.

¹² DICIOPÉDIA. 2006

Para o efeito, deve-se criar um quadro normativo equilibrado e adequadas as circunstâncias do desenvolvimento do país.¹³

As áreas protegidas existiram desde ante de Cristo, na Índia com a protecção de certos animais, peixe e áreas florestais. O primeiro Parque Nacional foi criado nos EUA, em 1872 e chama-se *Yellowstone National Park*.

Assim começaram a preocupar com a gestão de espaços naturais que é entendido como um conjunto de acções e de instrumentos, tais como: a organização, a administração, o manejo, a execução, a protecção e a conservação dos elementos de determinados espaços, conciliando os interesses de conservação do sistema ecológico com o uso sustentável dos recursos naturais, integrando os sectores sociais. A preservação do meio ambiente deve ser encarada, como um valor ético a cultivar ou a inculcar paulatinamente no espírito e nas atitudes quotidianas de cada ser humano.

Cabo Verde dispõe de um quadro normativo amplo, porém disperso por diversos diplomas, abrangendo regulamentação de inúmeras matérias (decreto-lei 3/2003), carecendo no entanto de organização e sistematização talvez num código do ambiente, que facilita o seu conhecimento e a sua divulgação.

Área protegida, segundo a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza, 1949), «é uma superfície de terra ou mar especificamente consagrada a protecção e a manutenção da diversidade biológicas, assim como dos recursos culturais consagradas associadas e dirigidas através dos meios jurídicos de outros meios eficazes.»¹⁴

4.1- Função de áreas protegidas

As áreas protegidas são hoje reconhecidas a nível mundial como instrumentos que dão um contributo vital para a conservação dos recursos naturais e culturais do Planeta. No entanto as suas funções vão desde a protecção dos *habitats* naturais e seus recursos biológicos até a manutenção do equilíbrio ecológicos das regiões onde estão inseridas. Podem

¹⁴ UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DE NATUREZA. 1949

representar oportunidades de desenvolvimento económico e social do mundo rural, permitindo a utilização racional das terras marginais bem como a consequente criação de empregos, seja ao nível da investigação e monitorização, seja ao nível da promoção da educação ambiental, e de actividades recreativas e lazer, incluindo o turismo. Assim se justifica a criação de uma rede de áreas protegidas em todos os países, medida essa que já vai assumindo contornos práticos em Cabo Verde.¹⁵

4.2- Categoria de Áreas Protegidas

Para diversificar os níveis de protecção e os usos compatíveis no território nacional, foram criadas no ano de 1994 as seguintes categorias de áreas protegidas: Reservas Naturais, Parque nacional, Parque Natural, Monumento Natural, Paisagem Protegida e Sítio de Interesse Científico.¹⁶

Reservas Naturais: são espaços de dimensão variável e especial de interesse ecológico e científico, submetidos a um regime de protecção especial e cuja gestão tem por objectivo a salvaguarda e recuperação dos valores que motivaram a sua declaração.

Parques Nacionais: são espaços naturais que apresentam um ou vários ecossistemas, geralmente transformados ou não pela exploração e ocupação humana, onde as espécies vegetais e animais, as zonas geomorfológicas e os *habitats* se evidenciam pelo seu interesse especial do ponto de vista científico, socio-económico, educativo e recreativo ou onde existe uma paisagem natural de notável valor estético.

Parques Naturais: são espaços amplos que contêm predominantemente sistemas naturais com *habitat*, espécies ou mostras representativas da biodiversidade do país, onde pode haver população local que aproveite os recursos vivos segundo as práticas tradicionais.

Monumentos Naturais: são espaços de dimensão moderada, que contêm um ou mais elementos naturais ou culturais de valor excepcional pela sua raridade, singularidade, interesse científico, função ecológica ou cultural, e que são protegidos para perpetuar as referidas características, eliminando qualquer acção ou actividade que os altere.

¹⁵ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS, 2002

¹⁶ DECRETO-LEI Nº 3/2003. *O Regime Jurídico dos Espaços Naturais.*

Paisagens Protegidas: são zonas terrestres ou litorais onde a acção integrada do homem e da natureza tenham configurado uma paisagem de qualidade estética ou valor cultural que merece conservação, centrando-se a protecção na manutenção e restauração dos rasgos estéticos e culturais que as definem.

Sítios de Interesse Científico: são lugares naturais, geralmente assinalados e de dimensão reduzida, que contêm elementos naturais de interesse científico, amostras ou populações animais e vegetais ameaçadas de extinção ou que merecem medidas específicas de conservação temporal.

CAPÍTULO III

ACTIVIDADE ECOTURISTICA

1- O Ecoturismo: Conceptualização

O termo *ecoturismo* foi criado no início da década de 1980. Trata-se de uma actividade turística desenvolvida em áreas naturais em que o visitante procura algum aprendizado sobre os componentes do local visitado. Safaris fotográficos, estudos do meio e observação da fauna são algumas das possibilidades que o Ecoturismo oferece. É baseado, assim, em atractivos naturais variados como cachoeiras, rios, lagos, grutas, montanhas, fauna e flora. Necessita, portanto, de um ambiente pouco alterado pelo homem para suas práticas.

No que toca a definição do ecoturismo existem vários conceitos sobre o Ecoturismo.

O Ecoturismo é um conceito relativamente novo, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), o Ecoturismo pode ser definido como, "Uma viagem ou visita ambientalmente responsável a áreas naturais, para desfrutar e apreciar a natureza (e acompanhar características culturais, tanto do passado quanto presente), que promove a conservação, provoca um leve impacto por parte dos visitantes e proporciona benefícios socio-económicos partilhado por toda população local."¹⁷

The Ecotourism Society oferece uma definição um pouco mais completa, "Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local".

O Ecoturismo traz potencialmente muitos benefícios aos parques e áreas naturais. É uma importante fonte de emprego e formação para as comunidades locais e, também, pode servir como veículo de marketing para atrair potenciais financiadores para os trabalhos realizados e criação de micro-empresas nas pequenas comunidades.

O Ecoturismo em pequena escala tem servido para aumentar a consciência ambiental de quem visita a paisagem, desta forma promovendo a conservação da natureza através de um largo

¹⁷ UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. 1996.

espectro de actividades de lazer no exterior, como a caça, a pesca, o campismo e observação de aves e outros.¹⁸

1.1- Evolução histórica do Ecoturismo

Segundo WESTERN (2002), «O Ecoturismo explodiu no mundo das viagens e da conservação; porém, suas origens são definitivamente mais evolutivas que revolucionárias. As raízes do Ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre. Os visitantes que, há um século, chegaram em massa aos parques nacionais de Yellowstone foram um dos primeiros ecoturistas; eram tanto ecoturistas quanto os milhares que hoje fotografam os pinguins da Antártida, acompanham a migração em grupo de Belize, ou dormem nas habitações comunitárias dos nativos.»

No século passado assistiu-se a uma mudança drástica e incessante nas viagens a áreas naturais. A África é um bom exemplo. O safari de caça de 1909 de Theodore Roosevelt para capturar as maiores cabeças e chifres que ele pudesse encontrar, é um exemplo clássico da sua época. Por volta da metade deste século, safaris fotográficos eram definitivamente mais populares do que as caçadas, embora também baseados nos *Big Five* (os cinco grandes mamíferos mais populares entre os caçadores: o leão, a zebra, o elefante, o girafa e o rinoceronte).

1.2- Principais actividades ligadas ao Ecoturismo

As principais actividades ligadas ao ecoturismo incluem excursões especializadas em safaris, competições desportivas em regiões naturais, caminhadas pela natureza e outros são cada vez mais comuns. Esse grupo crescente, constitui o que chamamos de Ecoturismo, e, surpreendentemente, o Ecoturismo está tornando toda a indústria de viagens mais sensível ao meio ambiente. Mas Ecoturismo é mais do que uma pequena elite de amantes da natureza. É, na verdade, uma amálgama de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, económica e social.¹⁹

¹⁸ WESTERN, D. *Ecoturismo Guia Para Planeamento e Gestão*. Ed. SENAC. São Paulo. 2001.

¹⁹ *Op. Cit.*: WESTERN. 2001.

Com o desenvolvimento do Ecoturismo apareceram varias actividades de lazer ligadas a esse sector de desenvolvimento das comunidades rurais. Essas actividades de recreio e lazer ligados ao turismo rural não devem ser nociva ao meio ambiente, mas sim compatível com a sua preservação.

Todavia, os ecoturistas procuram na natureza um clima de aprendizagem, diversão, meditação e bem-estar com o meio ambiente.

Integram ainda actividades ligadas ao ecoturismo os desportos de natureza estes consideram-se actividades de desporto de natureza todas as que sejam praticadas em contacto directo com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza.

Elaborando um plano ou estratégia para o desenvolvimento do Ecoturismo numa área natural, é fundamental a promoção do recreio e lazer ao ar livre, ou seja, actividades de animação, nomeadamente a espeleologia²⁰, actividade directamente relacionada com as características geológicas da área e o pedestrianismo²¹. No entanto, e face à emergência de formas alternativas ao recreio tradicional, temos assistido nos últimos anos a uma oferta crescente de actividades vulgarmente referenciadas como Turismo Activo e actualmente enquadradas no Turismo de Natureza. Neste contexto e face às características do território, consideram-se, desde que devidamente enquadradas na Carta de Desporto de Natureza, todas as actividades, à excepção do *Hidrospeed*²² e do *Rafting*²³, sendo que, actualmente as actividades com maior expressão são: o pedestrianismo, a orientação, a escalada, o *Rappel*²⁴, a Espeleologia, o parapente²⁵, a bicicleta todo-o-terreno e o Hipismo²⁶. (ver anexo, figura 4,5 e 6).

²⁰ Espeleologia: estudo da formação das cavidades naturais do solo (grutas e cavernas).

²¹ Pedestrianismo: caminhada à pé.

²² *Hidrospeed*: modalidade desportiva aquática, consiste em descer um rio com águas bravas.

²³ *Rafting*: desporto extremo (pressão de água).

²⁴ *Rappel*: descer rochas a saltos com cordas.

²⁵ Parapente: tipo de pára-quedas.

²⁶ Hipismo: Conjunto de actividades desportivas praticadas a cavalo.

Entre as actividades ligadas a natureza praticadas as mais antigamente estavam entre a caça e a pesca. Devido a uma sub exploração, hoje essas actividades são limitadas com a criação de leis sobre áreas protegidas. Consideram-se actualmente expressivas, embora em graus diferentes as seguintes actividades: o pedestrianismo, a escalada, o parapente, a espeleologia, a orientação e a bicicleta todo-o-terreno.

1.3- Papel da Organização Mundial do Turismo (OMT) no desenvolvimento do Ecoturismo no mundo

O Ecoturismo vem sendo uma das actividades turísticas muito apreciadas ultimamente em complemento com o turismo cultural, devido a questão de preservação e conservação do meio ambiente. Sabendo que hoje o turismo é a industria civil mais importante do mundo, o Ecoturismo é um dos produtos que podemos oferecer aos turistas, por exemplo, providenciando no sentido das áreas naturais legalmente protegidas se beneficiarem de um bom planeamento para o desenvolvimento do Ecoturismo e de uma boa administração poderá contribuir para o desenvolvimento tanto ao nível local como Nacional. Os parques naturais com suas paisagem, fauna e flora, juntamente com os elementos culturais associadas as respectivas comunidade envolventes constituem grandes atracções, tanto para os turistas nacionais aos quais estão ligados a esses patrimónios naturais que os pertencem como para turistas de todo o mundo. É deste modo que as organizações internacionais ligados a conservação de natureza reconhecem a enorme importância das áreas protegidas com o turismo e estão conscientes dos inúmeros danos que o turismo pode provocar ao património natural e cultural do planeta se for mal administrado.

A Organização Mundial de Turismo (OMT) sendo uma agência especializada das Nações Unidas é a principal organização internacional que existe no campo do turismo.

Funciona como um fórum global para questões de políticas turísticas e como fonte de conhecimento prático sobre o turismo. A sede é em Madrid, Espanha. Actualmente ela conta como membros 154 países.

A OMT teve origem no *Congresso Internacional de Associações Oficiais de Tráfego Turístico*, realizado em 1925 na cidade de Haia, Holanda. Após a Segunda Guerra Mundial, foi rebaptizada como *União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens* (IUOTO) e transferida para Genebra. A IUOTO era uma organização não-governamental que chegou a reunir 109 *Organizações Nacionais de Turismo* e 88 membros associados dos sectores público e privado. Em 1974, seguindo uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi transformada em um órgão intergovernamental. Em 2003, tornou-se uma agência especializada das Nações Unidas.²⁷

A OMT tem um papel fundamental no desenvolvimento do Ecoturismo no mundo sendo ela uma organização que fornece os dados sobre o crescimento médio anual do turismo no mundo, ela faz a estatística anual de número de turistas que viajaram para as áreas naturais, avaliar impactos dos ecoturistas nos meios naturais e também avalia as receitas do turismo, fazem as expectativas do número de turistas que pode aumentar.

Em Cabo Verde devem tornar o Ecoturismo como um elemento essencial e integral na agenda do desenvolvimento dos parques naturais, sendo este um importante ramo do turismo sustentável, uma ferramenta para o desenvolvimento rural e para a conservação da biodiversidade.

O Ecoturismo é uma verdadeira forma de alternativa para o melhoramento das condições de vida das comunidades rurais onde se insere os parques.

2- Ecoturismo em Cabo Verde

Cabo Verde hoje alcançou um novo patamar a nível de desenvolvimento, já não é um país em vias de desenvolvimento mas um país de desenvolvimento médio.

Actualmente fala-se muito no desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, possuímos de muitos atractivos turísticos tanto ao nível natural como cultural, visto que podemos pensar

²⁷ <http://www.world-tourism.org>: ultima visita 2 de Dezembro de 2009.

no desenvolvimento do Ecoturismo para as nossas áreas protegidas, segundo o estudo realizado do plano estratégico de Ecoturismo no Parque Natural de Serra Malagueta em 2008.

É importante o desenvolvimento desse tipo de turismo em Cabo Verde porque ele tem como princípio:

1. Contribuir para a conservação da biodiversidade;
2. Proporcionar o bem-estar da população local;
3. Proporcionar aos visitantes experiências interpretativas e de aprendizagem;
4. Promover acções responsáveis por parte dos turistas e dos operadores turísticos;
5. Favorecer as pequenas empresas no âmbito de negócios;
6. Potenciar a participação, a propriedade e as oportunidades de negócios local, particularmente para as populações do meio rural;
7. Precisar da menor quantia possível de energias não renováveis.

CAPÍTULO IV

ECOTURISMO NO PARQUE NATURAL DE SERRA MALAGUETA E O SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O Parque Natural de Serra Malagueta (PNSM) possui um conjunto de valores ecológicos importantes, que se manifestam numa grande variedade de ecossistemas. Algumas espécies da flora e da fauna do parque faz parte das espécies ameaçadas de extinção a nível do arquipélago em geral.

O PNSM dispõe de excelentes condições para o desenvolvimento do Ecoturismo. A existência de uma grande diversidade biológica, paisagem excepcional e espécies endémicas oferecem potencialidades notáveis para o desenvolvimento do Ecoturismo, principalmente nas suas componentes de turismo de natureza, rural, cultural, aventura e científica.

Para o desenvolvimento do turismo no PNSM, deve-se respeitar a conservação dos valores naturais, valorizar as tradições e a cultura das comunidades locais, com vista no desenvolvimento sustentável.

Neste capítulo incidiremos a localização geográfica PNSM, a sua caracterização institucional e as medidas que devem ser tomadas para o desenvolvimento do ecoturismo neste parque natural. Ainda abordaremos os factores ligados ao desenvolvimento do turismo no parque e uma reflexão sobre como os impactos ambientais do ecoturismo no mesmo.

1- Localização geográfica do Parque Natural de Serra Malagueta

No âmbito da localização do PNSM, de acordo com o Decreto-Lei nº 3/2003, de uma forma delimitação cartográfica que foi objecto de aprovação em Conselho de Ministros e 31 de Dezembro de 2007, pelo Decreto regulamentar nº 19/2007.²⁸

A serra Malagueta é um maciço montanhoso situado na parte Norte da ilha de Santiago (Potencialidades turísticas de cabo verde, 2008) (fig.3).

²⁴ DECRETO REGULAMENTAR Nº 19/2007.

O PNSM criado pelo Decreto-Lei nº 3/2003 em 24 de Fevereiro - situa-se entre os paralelos 15° 10' 12'' e 15° 12' 12'' Norte e os meridianos 23° 39' 26'' e 23° 42' 17'' Oeste, é alongado no sentido Este-Oeste, com a maioria no Norte-Nordeste, na parte norte da ilha de Santiago, mantendo uma parcela pequena no nordeste, sendo a altitude máxima de 1064 metros.

Este por sua vez tem uma área de 774, o seu território abrange áreas de três municípios (Santa Catarina, São Miguel e Tarrafal) apresentando assim uma localização estratégica e privilegiada não só para o sector turístico (Ecoturismo) como também para a educação ambiental e centro de pesquisa e de investigação. A área contém o maior número das plantas endémicas da ilha de Santiago (26) 14 do qual estão classificados com ameaçadas na lista vermelha de Cabo Verde.²⁹ (figura 3).

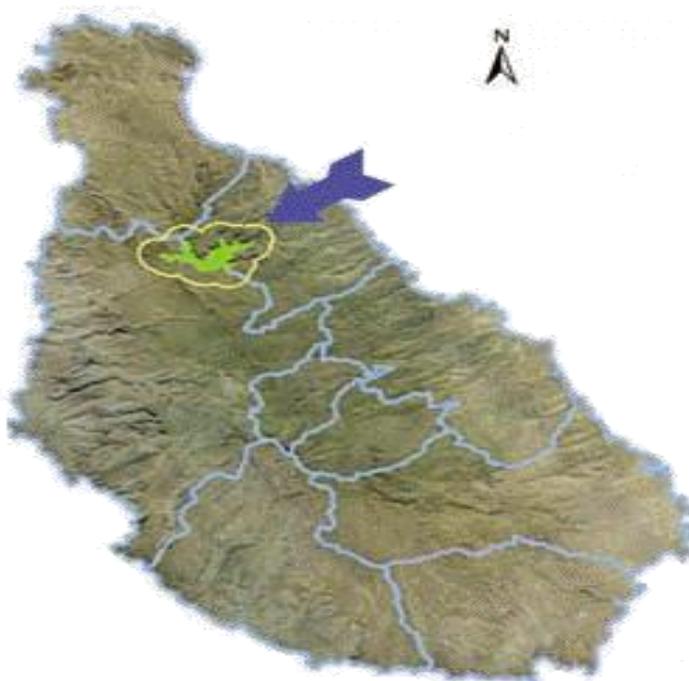


Figura: Localização da Ilha de Santiago.³⁰

²⁹ *Op. Cit.*: DECRETO REGULAMENTAR Nº 19/2007.

³⁰ Figura retirado no site: www.areasprotegidas.cv: ultima visita 01/12/09

2- Caracterização institucional do Parque Natural de Serra Malagueta

A lei Cabo-verdiana define como parque natural toda a área que se caracteriza por conter paisagens naturais, semi-naturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo da integração harmoniosa da actividade humana e da natureza e que apresenta amostras de regiões naturais. Para que uma área alcance essa designação, é necessário que a sua fauna, flora, paisagens, ecossistemas ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico, importância científica, cultural e social, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, de modo a promover a gestão racional dos recursos naturais, a valorização do património natural e construído, regulamentando as intervenções artificiais susceptíveis de as degradar.

O PNSM faz parte do grupo das áreas protegidas de Cabo Verde, localizado a norte da ilha de Santiago, entre o concelho de Tarrafal, Santa Catarina e São Miguel.

A missão da classificação de um parque natural é possibilitar a adopção de medidas que permitem a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e semi-naturais e a diversidade ecológica. O parque tem como objectivo preservar espécies animais e vegetais e *habitats* naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção, reconstituir as populações animais e vegetais e a recuperar os *habitats* naturais das respectivas espécies, preservar os biótipos e as formações geológicas, geo-morfológicas notáveis, valorizar as actividades culturais e económicas tradicionais, assente na protecção e gestão racional do património natural, entre outros.

As áreas de intervenções que mais se destacam no PNSM são as de protecção dos endemismos locais, de sensibilização da população e criação de fontes de rendimento sustentáveis com atribuição do micro-crédito para melhoria a nível familiar. Ou seja, procura-se beneficiar as comunidades, de uma forma directa ou indirecta, do estabelecimento das Áreas Protegidas, representar as comunidades envolvidas em todas as decisões chave tomadas pela gestão das Áreas Protegidas, ajudar a restaurar o equilíbrio natural do ecossistema, para gerar sustentabilidade local e desenvolver novas atracções para o Ecoturismo, beneficiando a economia local e nacional, cumprindo assim os objectivos estipulados. Na sequência da visita

realizada ao parque e das declarações feitas pelos intervenientes na área, constatou-se que os objectivos predefinidos para o parque estão sendo cumpridos, com práticas de trabalho tais como:

- Mobilização das populações para a orientação no desenvolvimento de micro-empresas através de facilitação na aquisição de micro-crédito;
- Fomento à produção de produtos tradicionais e ecológicos da região;
- Criação de um viveiro de produção de plantas endémicas;
- Plantação de endemismos;
- Promoção da captação da água do nevoeiro.

3- As medidas que devem ser tomadas para o desenvolvimento do Ecoturismo no PNSM

O estabelecimento de um plano de gestão eficaz numa área protegida deve-se pensar numa actividade que a pode levar a sua sustentabilidade, como o desenvolvimento do turismo, não um turismo de massa, mas um turismo selectivo, de forma a não por em causa a integridade do meio natural.

O plano constitui um instrumento de gestão fundamental de áreas protegidas, é uma valiosa ferramenta capaz de compatibilizar diferentes interesses em presença, como a conservação da biodiversidade, aspectos geológicos e geomorfológicos, a protecção de valores culturais estéticos e científicos e a satisfação das necessidades básicas do homem cabo-verdiano.³¹

Em primeiro lugar devemos fazer uma análise completa sobre o desenvolvimento do turismo na localidade de Serra.

Apoiando nas análises já realizadas na elaboração do plano estratégico de Ecoturismo, baseando na metodologia de Forças, Oportunidade, Fraquezas e Ameaças (F.O.F.A), nesta análise tentam evidenciar os aspectos positivos e negativos do PNSM em relação ao desenvolvimento do turismo, tomando em conta o factor da interioridade e exterioridade de

³¹ *Op. Cit.:* PLANO DE GESTÃO DO PARQUE NATURAL DE SERRA MALAGUETA. 2008.

tais aspectos. Este diagnóstico da situação actual servirá para delinear, nos parágrafos sucessivos, as estratégias que deverão potenciar as forças, transformar as fraquezas e forças, aproveitar as oportunidades e limitar as ameaças. Realçam que esta análise foi feita pela equipa com exercício para o staff (monitores ambientais) em identificar os aspectos positivos e negativos do sítio onde eles residem. Além disso, tal exercício, simplificado e guiado, foi objecto de várias actividades em todas as comunidades que interessam ao PNSM. Infelizmente mas sem surpreender, constatou-se uma fraca capacidade de análise por parte dos residentes em relação as questões ligadas ao desenvolvimento do turismo, e especialmente sobre as oportunidades que este pode trazer.

4- Análise de factores ligados ao desenvolvimento do turismo no PNSM (análise de FOFA).³² (ver anexo)

4.1- Forças

- *Presença de valores naturais (endemismos – floresta):* existência de endemismos importantes, principalmente no âmbito da fauna, é um elemento importante para desenvolver o turismo. Para além disso, a presença de uma floresta, mesmo que constituída por espécies introduzidas, oferece a possibilidade, quase única em Santiago, de passear em interessante trilhos que serpenteiam no meio de árvores.
- *Paisagem:* o aspecto paisagístico do PNSM - é sem dúvida o aspecto mais atractivo. Os panoramas (naturais e antrópicos) deveriam ser o postal promocional deste parque para atrair qualquer tipo de visitante. Centro de visitas e equipa no sítio: no PNSM existe uma infra-estrutura para receber e facultar informações aos turistas e onde, portanto, existe pessoal preparado (monitores ambientais recrutados nas localidade) para esta tarefa. Os monitores ambientais estão em colaboração com coordenador de equipa que deverá, entre outras tarefas, ocupar-se da capacitação deste.
- *Conhecimento do território:* o projecto áreas protegido – Serra Malagueta, tem produzido vários estudos com muitos pormenores que permitem hoje de ter um

³² *Op. Cit.:* FORTE, I., et al. *Plano Estratégico de Ecoturismo 2008-2013: Parque Natural de Serra Malagueta.* Governo de Cabo Verde/ GEF/PNUD, Serra Malagueta, Cabo Verde. 2008.

conhecimento adequado do território. Também a existência dum Plano de Gestão e de Monitorização, permite direccionar e controlar as intervenções no interior do Parque em vários domínios.

- *Parque de campismo:* no interior do PNSM existe um, com condições básicas (serviços higiénicos) para acolher os visitantes que aspirem a passar a noite no PNSM.
- *Trilhos:* foram identificados pela equipa nove possíveis comunidades (Xaxa, Gongon, Curral d`Asno, Mato Galego, Titim, etc.) para os visitantes descobrir as belezas naturais e culturais do PNSM. Caminhar ao longo destes percursos, que se desenrolam a partir do topo do maciço na linhas das ribeiras que permitem inventar o turismo de aventura e natureza.
- *Produções artesanais:* estas produções são promovidas pelo projecto áreas protegido Serra Malagueta, relativas ao *Pano de terra* (*produto* tradicional de Santiago) e “reciclagem de papel” (produtos eco-sustentáveis). Os artigos produzidos são vendidos aos visitantes na “casa do ambiente”.
- *Educação ambiental:* o PNSM está a ser cada vez mais procurado por parte das escolas dos diferentes níveis. Nos primeiros quatro meses do ano 2008 o parque recebeu 806 estudantes. O PNSM poderá ter um papel importante na educação e na formação de uma consciência ambiental a nível local e da ilha. Também o parque é bastante procurado por grupos de diferente cariz.
- *Associações locais e grupos organizados para a protecção do ambiente:* existem associações locais e comunitárias que colaboraram com o PNSM e que ao mesmo tempo foram fortalecidos através de formações específicas. Estes parceiros locais são fundamentais para desenvolver e realizar projectos turísticos, beneficiando as comunidades.

4.2- Oportunidades

- *Único parque natural criado em Santiago:* sendo este único parque natural desta ilha, é obvio que este aspecto represente uma mais-valia para atrair e desenvolver o turismo de natureza.
- *Presença turística na ilha de Santiago:* os dados apresentados indicam que nos últimos dois anos a ilha de Santiago teve um aumento percentual de visitantes como nenhum outra ilha. O PNSM deve atrair uma parte destes turistas, e organizar serviços diferenciados e adequados de forma a maximizar o proveito das eventuais visitas.
- *Aeroporto Internacional:* esta recém infra-estrutura, recebeu o segundo maior fluxo de pessoas em Cabo Verde. Portanto este lugar constitui um lugar privilegiado para fazer a promoção (e venda de produtos) das áreas protegidas em geral do PNSM em especial.
- *Proximidade a localidade histórico balnear de Tarrafal:* vila turística situada a 15km do PNSM através da estrada principal da ilha, oferece uma oportunidade para criar ofertas diferenciadas onde se podem combinar o turismo balnear com da montanha e portanto atrair os turistas que residem nesta vila a visitar o parque.
- *Estrada Nacional:* a localização do parque ao longo da estrada nacional permite um fácil acesso ao PNSM e permite a visibilidade do parque para todas as pessoas (turistas) que transitarem nesta estrada.
- *Turismo doméstico:* a procura do PNSM por Nacionais deixa entender que o desenvolvimento do turismo no parque deverá dirigir-se a população residente, com particular atenção ao mercado da Praia, onde residem pessoas com o potencial económico para praticar o turismo.
- *Emigrantes:* os emigrantes representam um potencial alvo como parceiro de desenvolvimento do turismo local.

- *Cultura autêntica e “exótica”*: a cultura crioula de Santiago é aquele que mantém mais aspectos ligados ao continente africano. No PNSM e nos arredores existem três grupos de batucadeiras (dança e música tradicional de Santiago). Passear nas comunidades, poucas desenvolvidas e as vezes encravadas, proporciona ao visitante, especialmente estrangeiro, uma experiência cativante. Este aspecto representa um grande potencial para desenvolver o turismo cultural.
- *Romarias*: as festividades que anualmente se repetem nos diferentes conselhos arredores do parque são eventos culturais que atraem muitas pessoas e representam oportunidade de promoção, seja do evento em se, como do PNSM. Também neste aspecto representa um grande potencial para desenvolver o turismo cultural.
- *Agricultura local*: as produções agrícolas que existem no parque e nos arredores podem ser alvo de promoção, onde os produtos locais podem obter certificados de qualidade (biológica, sustentabilidade, ecológica, tradicional, etc.) emitidos pelo PNSM segundo critérios definidos. Também as actividades ligadas a agricultura podem ser oportunidades de desenvolvimento de agro-turismo e turismo rural.
- *Medicina tradicional*: a sabedoria no âmbito da medicina tradicional é um valor cultural que precisa de ser preservado, valorizado e transformado em algo de rentável para as pessoas da comunidade, através da venda de remédios naturais tradicionais.
- *Câmaras municipais*: o PNSM encontra-se na confluência de três municípios, será importante programar com os autarcas locais, os investimentos e financiamentos de serviços ligados ao desenvolvimento do turismo tanto no parque como na zona de amortecimento. As câmaras municipais com os fundos do Governo e do MADRRM devem ser integradas no desenvolvimento do turismo desta área protegida nos três conselhos.
- *Delegação do Ministério de Ambiente Desenvolvimento Rural dos Recursos Marinhos (MADRRM)*: estas, através de técnicos com conhecimento específico, podem colaborar e participar em acções de cariz agrícola, ecológico e de engenharia rural, assim contribuindo para o desenvolvimento do PNSM.

- *Novos parceiros:* o staff do PNSM e do projecto Áreas Protegidas deveram empenhar-se em encontrar parceiros, nacionais e internacionais, público ou privados, para parcerias técnicas e financeiras de forma a colmatar a falta de competência em áreas específicas, desenrolar e realizar projecto no parque, suprimir as eventuais deficiências orçamentais.

4.3- Fraquezas

- *Lixo:* a deficiente recolha de lixo, apesar das notáveis melhorias conseguidas pelos projectos, assim como o mau hábito das pessoas em deitar os resíduos nos arredores das suas casas, constituem um obstáculo para o desenvolvimento do turismo. Todas as comunidades do parque e arredores têm este grave problema, que até hoje as câmaras municipais não conseguiram resolver.
- *Higiene e saúde:* a pobreza no meio rural dos santiagueses traz consigo outros problemas ligados à higiene e conseqüentemente à saúde. A falta de casa de banho para as casas, a escassez da água, assim como as várias doenças ligadas a pele, especialmente nas crianças, são aspectos que indicam níveis agudos de pobreza aos olhos dos visitantes e dificultam a implementação do turismo (por exemplo o de habitação).
- *Acessibilidade de algumas comunidades:* acesso a algumas comunidades compromete a viabilidade do turismo nas mesmas. Mais especificamente às comunidades de Varanda e Aguadinha, que tem trilhos de difícil acesso para com o PNSM, assim dificultando a recepção de turistas de forma adequada.
- *População desprevenida na recepção e acolhimento dos visitantes:* hoje as residentes do PNSM não capazes de receber ou acolher os visitantes de forma adequada.
- *Formação profissional:* não existem no PNSM e arredores pessoas residentes com níveis de instrução superior, ou com curso de capacitação profissional ligados ao turismo (duas vias locais em formação).

- *Serviços turísticos:* actualmente não existem serviços turísticos adequadamente desenvolvidos pelo PNSM, todavia vários estão sendo implementados. A falta de tais serviços corresponde entradas nulas e a impossibilidade de introduzir uma taxa na entrada no parque.
- *Sinalização do PNSM:* a sinalização dos trilhos e do parque estão sendo desenhadas e realizadas, todavia actualmente no PNSM existe um sinal de entrada no parque. A ausência desta informação colocada no território é um constrangimento para a promoção do parque (sinalização de entrada e saída) e prejudica a qualidade da fruição por partes dos visitantes (painéis informativos nos pontos de interesse e sinalização dos caminhos).
- *Promoção do parque:* o PNSM é ainda carente de promoção, principalmente no mercado do turismo internacional. Todavia o projecto tem enviado esforços notáveis, e os resultados são evidentes (aumento anual das visitas) principalmente no que concerne ao turismo nacional e as visitas de estudos.

4.4- Ameaças

- *Infra-estruturas básicas:* o desenvolvimento local é ainda fraco, e as infra-estruturas básicas como água e a luz ainda faltam para a maioria da população, condicionando as possibilidades e as praticas de actividades ligadas ao turismo (entre outras necessidades e actividades);
- *Pobreza:* as condições socio-económicas das comunidades do PNSM indicam claramente que os residentes estão divididos entre as categorias de pobres e muito pobres. Se a pobreza, quando digna, não impede o desenvolvimento do turismo, todavia representa uma situação delicada que poderá favorecer o surgimento de fenómenos de marginalidade social. Contudo, esta hipótese, reputa-se remota devido ao facto que a pobreza gera problemas sociais quando associada ao turismo de massa ou as grandes concentrações urbanas. Uma outra ameaça que se associa a pobreza material e intelectual das pessoas na Serra Malagueta, acontece, que as crianças, mas

também os adultos e os idosos pedem dinheiro aos visitantes estrangeiros. Com o desenvolvimento do turismo no parque este triste fenómeno pode aumentar provocando efeitos sociais desagradáveis.

- *Seca*: este fenómeno climático que traz a diminuição das precipitações e conseqüente progressivo depauperamento dos lençóis freáticos esta enfraquecendo os recursos agrícolas da zona e transformando (secando) a paisagem das ribeiras que do maciço de Serra Malagueta se originam.
- *Edificação desordenada*: se o PNSM já definiu as zonas de uso especial (de assentamento humano) a mesma coisa não se pode afirmar para a área tampão onde existem paisagem lindas e o assentamento humano é harmonizado com a paisagem natural. Nota-se que muitas novas construções surgiram ou estão a surgir no parque e nos arredores, as vezes pelo facto das habitações ficarem mais próxima das principais vias de acesso. As novas edificações são muitas vezes construídas segundo as novas tipologias de habitações, ficando longe dos modelos tradicionais (arquitectura colonial portuguesa). O resultado é o abandono progressivo das casas tradicionais e o surgir de novas casas, cujo estilo arquitectónico não se encaixam de forma harmoniosa na paisagem.
- *Êxodo rural*: constata-se na Serra Malagueta, como em todo o país, este fenómeno onde principalmente os jovens, e não só, abandonam o lar familiar em busca de uma vida melhor na cidade ou no estrangeiro. Este fenómeno traz consigo o progressivo abandono das aldeias rurais, principalmente as mais encravadas, e conseqüente perda de valores tradicionais, para além de outras problemáticas relacionada a inserção social no meio urbano ou n estrangeiro.
- *Vandalismo*: os poucos, todavia significativos, casos de vandalismo que ocorreram no PNSM, deixam algumas dúvidas sobre os resultados dos esforços efectuados pelo projecto no âmbito da sensibilização das comunidades. Actos de vandalismo podem trazer danos económicos importantes e desmoralizar o pessoal do PNSM, assim como os membros da comunidade em perseguir o objectivo do parque.

- *Mentalidade pouco empreendedora da população residente:* talvez a maior fraqueza do PNSM é na pouca capacidade por parte da população local em envolver-se em novas oportunidades de negócios. É de notar que a maioria das pessoas não sabem lidar com as ferramentas básicas do negócio (cálculos, previsões, organização do trabalho, crédito, etc.) carecem de uma formação na área.
- *Baixo nível de instrução:* o baixo nível de escolaridade da maioria dos residentes das comunidades é um factor que dificulta o envolvimento destes nas dinâmicas de desenvolvimento do Ecoturismo.
- *Ausência de uma estratégia ou plano nacional sobre o turismo:* a falta de uma estratégia nacional sobre o turismo dificulta a coordenação de esforços de várias entidades no âmbito do desenvolvimento nacional e da promoção do turismo em geral e do Ecoturismo em especial.

5- Como minimizar os impactes ambientais dos ecoturistas no Parque Natural de Serra Malagueta?

O Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural dos Recursos Marinhos (MADRRM), esta na luta para a manutenção de mecanismos existentes para a diminuição dos impactos do turismo na biodiversidade.

Em Cabo Verde existe uma série de mecanismos já pré estabelecidos para avaliar, supervisionar e medir os impactos do turismo na biodiversidade. Como exemplo temos o decreto-lei 03/2003 que estabelece o regime jurídico das áreas protegidas em Cabo Verde.

Este sector encontra-se desenvolvendo rapidamente em todas as ilhas de Cabo Verde e isso leva a uma reflexão importante sobre o nosso ecossistema e o ambiente em geral. A sua qualidade estabelece um recurso de base do qual depende o desenvolvimento equilibrado do turismo como indústria, sendo que a degradação do ambiente têm impactos directos sobre a viabilidade desta crescente indústria.³³

³³ CF: MAA. *Terceiro Relatório Nacional Sobre o Estado da Diversidade Biológica*. Praia, Cabo Verde. 2006.

Particularmente nas ilhas *sahelianas* este problema tem sido mais notável, devido ao ambiente delicado e facilmente degradáveis, e é onde o progresso moderado do turismo tem facultado impactos proporcionalmente elevados.

O desenvolvimento turístico sem planeamento e sem preservação do ambiente fez com que os nossos ecossistemas fossem destruídos ou gravemente degradados. Cabo Verde chegou a um ponto de desenvolvimento em que já não se pode dar costas a estratégias e a prática de conservação ambiental, não podendo mais tarde conseguir corrigir os erros resultados de procedimentos arbitrários. O desenvolvimento do turismo quando mais intensivo e sem planeamento causa prejuízos maiores aos meios naturais.

Com finalidade da preservação do ambiente, Cabo Verde tem vindo a adoptar a tendência mundial do turismo ecológico, com isso é de se esperar um maior entrosamento entre o turismo e o ambiente e que se faça primeiramente a nível de planeamento e só depois a nível das articulações.

CONCLUSÃO

Com este trabalho, tentamos contribuir para um maior conhecimento dos assuntos relacionados com o desenvolvimento do Ecoturismo nos parques naturais, em relação os *habitats* degradados, atendendo as necessidades de serem protegidos.

As áreas protegidas, hoje em dia, apresentam-se como uma importante componente nas estratégias de conservação do ambiente selvagem a nível mundial. A sua criação é para conservar a biodiversidade e também para proteger locais de grande beleza cénica, como montanhas, serras, cachoeiras, rios ou lagos. Além de permitir a sobrevivência dos animais e plantas, essas áreas ajudam a regular o clima, abastecer as nascentes de água, que contribui para melhor qualidade de vida às populações humanas.

Reconhece-se que actualmente, o planeta se encontra num estado crítico a nível da conservação da natureza e da sua biodiversidade, com o aumento das áreas degradadas e das espécies extintas e em vias de extinção. Esta situação resulta de diversos factores, nomeadamente, a degradação de habitats únicos – em grande parte devido a: intensificação da exploração da actividade agrícola, modificadora da paisagem; expansão da urbanização; industrialização; intensificação da actividade turística e o seu alargamento também aos espaços rurais; a crescente poluição que nas suas diferentes formas também vai degradando a paisagem, condenando-a, conseqüente, à perda de biodiversidade.

É importante realçar que as áreas protegidas representam muito mais do que zonas livres da acção antrópica: são também territórios que reflectem um equilíbrio entre a paisagem natural e as actividades desenvolvidas pelo Homem e, no fundo, é da manutenção deste equilíbrio que dependem actividades económicas importantes como a agricultura, a caça, a criação de gado ou a pesca.

Constatamos que os parques naturais, para além de serem um bem ao ambiente são também bens que oferecem uma qualidade de vida das comunidades ao redor do parque, pelo que é necessário criar novas áreas protegidas e criar condições para que haja um turismo sustentável.

Com a elaboração desse trabalho abrimos o horizonte de conhecimentos a cerca dessa matéria, teve novos relacionamentos, novas ideias, principalmente no que toca as áreas protegidas.

Ao decorrer das investigações, fizemos várias deslocações a localidade Serra Malagueta para aprofundar melhor as teorias e conviveu-se com a comunidade local para conhecer as ideias e opiniões dos residentes a cerca do parque.

Chegamos a conclusão que seria muito interessante a criação de novas áreas protegidas, e criar condições necessárias que atraem os turistas.

Apercebemo-nos que o quadro jurídico de Cabo Verde possui leis que permitem uma gestão sustentável das áreas protegidas. Dado às grandes dificuldades associadas a aplicabilidade dessas leis destinadas as áreas protegidas, no que se refere a aplicação de medidas coercivas.

Caso todas as convenções assinadas forem respeitadas, os espaços naturais de Cabo Verde estarão devidamente protegidos.

BIBLIOGRAFIA

BENCHIMOL, Celeste, *et al.* *La gestion des ressources marines et côtières au Cap Vert: Évolution du cadre législatif et institutionnel.* WWF/ Universidade de Cabo Verde/ Universidade de Rouen – LEDRA. 2009.

CESARINI, Dario, *et al.* *Formação das equipas técnicas e análise de diagnóstico ambiental no planeamento das áreas protegidas.* Praia, Cabo Verde. 2006.

CESARINI, Dario, *et al.* *Plano de Monitorização – Parque Natural de Serra Malagueta.* Praia, Cabo Verde. 2006.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO NOS PAÍSES AFECTADOS POR SECA GRAVE E / OU DESERTIFICAÇÃO, PARTICULARMENTE NA ÁFRICA. Suíça, 2000.

DIRECÇÃO GERAL DO AMBIENTE . *Implementação da Convenção das Nações Unidas de Luta contra Desertificação.* 2004.

DECRETO-LEI Nº 3/2003. *O Regime Jurídico dos Espaços Naturais.*

DECRETO DE LEI Nº 56/2005.

DECRETO REGULAMENTAR Nº 19/2007.

FORTE, Iacopo, *et al.* *Plano Estratégico de Ecoturismo 2008-2013. Parque Natural de Serra Malagueta.* Serra Malagueta, Cabo Verde. 2008.

GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, *et al.* *Convenções e Protocolo Internacionais de Ambiente.* Lisboa, Portugal. 2001.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA AMBIENTE E PESCA, *et al.* *Legislação Sobre a Defesa do Património em Cabo Verde (1975 – 2003).* 2003.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA AMBIENTE E PESCA. *Livro branco sobre o estado do ambiente em Cabo Verde*. Praia, Cabo Verde. 2004.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA AMBIENTE E PESCA. *Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente, Cabo Verde 2004-2014*. Praia, Cabo Verde. 2004.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA AMBIENTE E PESCA. *Segundo Relatório Nacional Sobre o Estado Da Biodiversidade*. Praia, Cabo Verde. 2002.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA AMBIENTE E PESCA. *Terceiro Relatório Nacional Sobre o Estado da Diversidade Biológica*. Praia, Cabo Verde. 2006.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA AMBIENTE E PESCA. *Perfil Ambiental de Cabo Verde*. Praia, Cabo Verde. 2004.

PLANO DE GESTÃO DO PARQUE NATURAL DE SERRA MALAGUETA. 2008.

REPÚBLICA DE CABO VERDE. *Rede Nacional de Áreas Protegidas*. 2005.

RECURSOS HÍDRICOS. *Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos*. Praia, Cabo Verde. 2003.

SECRETÁRIO EXECUTIVO PARA O AMBIENTE. *Convenção sobre a Biodiversidade*. Praia, Cabo Verde. 1998.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE. 1996.

WESTERN, David. *Ecoturismo Guia Para Planeamento e Gestão*. Ed. SENAC São Paulo, Brasil. 2001.

Ver:

DICIOPÉDIA. 2006

www.areasproteigidas.cv: ultima visita 23 de Agosto 2009

<http://www.world-tourism.org>: ultima visita 2 de Dezembro de 2009

<http://www.ceeaa.com/images/medusa7.jpg>: ultima visita 2 de Dezembro de 2009

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Espeleologia>: ultima visita 2 de Dezembro de 2009

ANEXOS

TABELAS SOBRE A LEGISLAÇÃO DO AMBIENTE EM CABO VERDE

Tabela: Legislação no sector de Ambiente e Conservação da Biodiversidade³⁴

Legislação no sector: Ambiente e Conservação da Biodiversidade
Lei n.º 86/IV/93 , 26 de Julho que define as Políticas de Base sobre o Ambiente
Decreto-lei n.º 14/97 , de 1 julho que desenvolve as Políticas de Base sobre o Ambiente
Lei n.º 102/III/90 , de 29 Dezembro que estabelece as Bases do património cultural e natural
Decreto-lei n.º 5/2003 , 31 de Março que define o Sistema Nacional de Protecção do Ar
Decreto n.º 31/ 2003 , 1 de Setembro que estabelece as condições essenciais para o Combate para a eliminação dos resíduos sólidos urbanos, industriais e outros, e o controlo com vista a protecção do Ambiente e da saúde humana.
Decreto-lei n.º 6/2003 , 31 de Março que estabelece o regime jurídico da exploração dos corais e de atribuição da licença.
Decreto-lei n.º 2/2002 , 21 de Janeiro que proíbe a extracção e a exploração da areia das dunas, das praias e das águas interiores, ao longo do litoral e dentro do mar territorial.

³⁴ *Op. Cit.:* BENCHIMOL, C., *et al.*. 2009.

Tabela: Acordos e Protocolos Ratificados por Cabo Verde³⁵

Instrumento Jurídico	Objectivo	Data	Assinatura/Aprovação	Ratificação
Protocolo	Relativamente as Substâncias tóxicas na camada de ozono	Montréal, 16 Setembro 1987	Conselho de Ministros Decreto n.º 5/97, 31 de Março	6 de Julho 2001
Protocolo	Prevenção da poluição causado pelos navios	1973	Decreto n.º 7/96, 10 de Dezembro	
Protocolo	Biodiversidade em Segurança	Carthage	Conselho de Ministros: Decreto n.º 11 /2005, 26 de Setembro	1 Novembro 2005
Protocolo	Convenção das Nações Unidas Sobre as Mudanças Climáticas	Kyoto	Resolução n.º 149/IV/2005, 5 de Dezembro	10 Fevereiro 2006
Tratado	Delimitação da Fronteira Marítima entre Cabo Verde e Senegal	1993	Assembleia Nacional: Resolução n.º 29/IV/93, 16 de Julho	

³⁵ *Op. Cit.*: BENCHIMOL, C., *et al.* 2009.

Tabela: análise de FOFA no PNSM, elaborada pela equipa de Ecoturismo do PNSM³⁶

Interno	Externo
Forças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Presença de valores naturais (Turismo científico e <i>bird Watching</i>³⁷) 	<ul style="list-style-type: none"> • Único parque em Santiago
<ul style="list-style-type: none"> • Paisagem 	<ul style="list-style-type: none"> • Presenças de turistas na ilha de Santiago
<ul style="list-style-type: none"> • Centro de visitas e equipa no sitio 	<ul style="list-style-type: none"> • Aeroporto internacional
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento do território (estudos produzidos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade a localidade histórico balnear de Tarrafal
<ul style="list-style-type: none"> • Parque de campismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrada Nacional (ST-01)
<ul style="list-style-type: none"> • Trilho (turismo de montanha) 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo domestico
<ul style="list-style-type: none"> • Produções artesanais 	<ul style="list-style-type: none"> • Emigrantes
<ul style="list-style-type: none"> • Educação Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura autentica e “exótica” (turismo cultural)
<ul style="list-style-type: none"> • Associações locais e grupos organizados para a protecção do ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> • Romarias
	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura local
	<ul style="list-style-type: none"> • Medicina Tradicional
	<ul style="list-style-type: none"> • Câmaras Municipais
	<ul style="list-style-type: none"> • Delegações do MAA
	<ul style="list-style-type: none"> • Novos parceiros
Fraquezas	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Lixo 	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas básicas
<ul style="list-style-type: none"> • Higiene (Saúde) 	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços ligados a Internet
<ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidade de algumas comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Pobreza
<ul style="list-style-type: none"> • População desprevenida na recepção e 	<ul style="list-style-type: none"> • Mendigando

³⁶ *Op. Cit.*: Áreas Protegidas. 2008.

³⁷ *bird Watching*: Observação de Aves.

acolhimento dos visitantes	
• Formação profissional	• Seca
• Serviços turísticos	• Edificação descontrolada
• Sinalização do PNSM	• Êxodo rural
• Promoção do parque	• Cabo Verde destino caro
• Inclusão no mercado turístico	• Fim do projecto
• Espécies invasoras	• Vandalismo
• Práticas agrícolas e florestais inadequadas	• Mentalidade pouco empreendedora da população residente
• Controlo e fiscalização do parque	• Baixo nível de instrução
	• Ausência de uma estratégia ou plano nacional sobre o turismo

IMAGENS DOS DESPORTOS DA NATUREZA³⁸

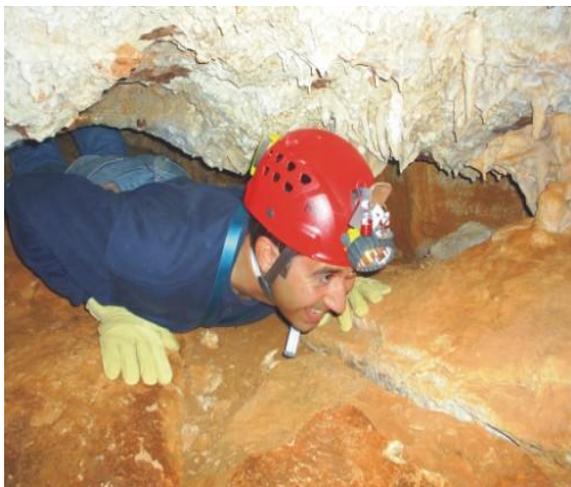


Figura : espeleologia



Figura: parapente



Figura: *Hidrospeed*

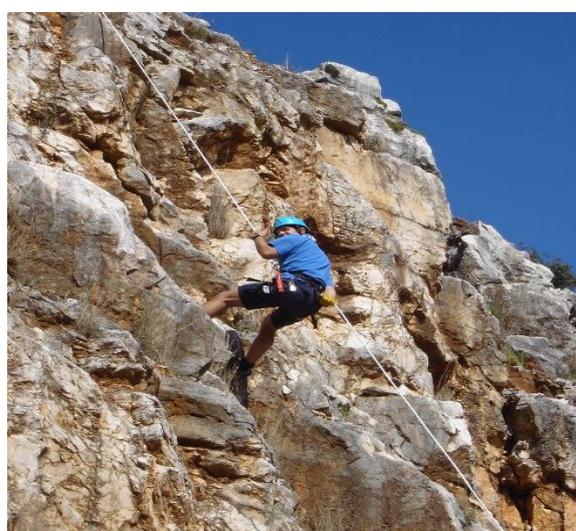


Figura: *Rapell*

³⁸ <http://www.images.google.com>: ultima visita 01/12/09.

IMAGENS DO PARQUE NATURAL DE SERRA MALAGUETA³⁹

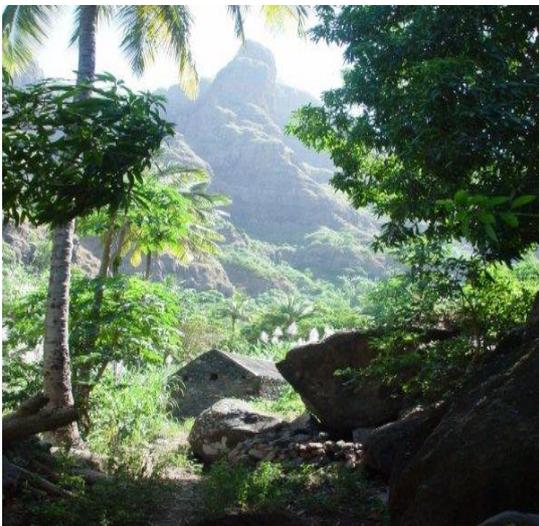


Figura: PNSM



Figura: PNSM



Figura: PNSM

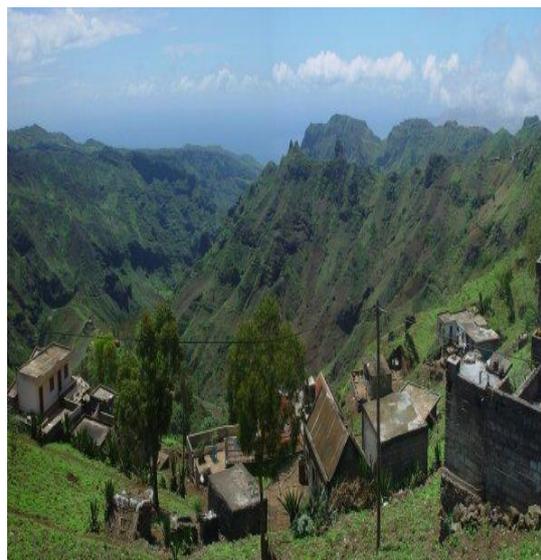


Figura: PNSM

³⁹ www.areasprotegidas.cv: ultima visita 01/12/09



Figura: PNSM



Figura: PNSM



Figura: PNSM



Figura: PNSM